



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECRETO Nº 1607/2022

DISPÕE SOBRE A PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA ANUAL, ESTABELECE O CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DO PODER EXECUTIVO E AS METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando a CI/PMSMJ/SECFAZ/Nº 077/2022, protocolizada sob nº 11942/2022, em 30/12/2022, solicitando que seja emitido Decreto que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira anual, estabelece o cronograma de desembolso do poder executivo e as metas bimestrais de arrecadação da receita para o exercício financeiro de 2023;

- considerando a Lei Complementar nº. 101, de 05 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, que dispõe, em art.8º: “ Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observando o disposto na alínea c do inciso I do art.4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso. ”;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inc. VI da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

DECRETA

Art. 1º. Fica estabelecida a programação financeira e o cronograma de desembolso da Administração Direta e indireta do Município, consoante a Lei que estima a receita e autoriza a despesa do Município, Lei Orçamentária Anual nº 2.641 de 08 de Dezembro de 2022 e suas alterações.

Parágrafo Único. Fazem parte integrante deste Decreto:

I - O Anexo I - dispõe sobre as metas bimestrais de arrecadação da receita previstas para o exercício de 2023.

II - O Anexo II - dispõe sobre a previsão desembolso para as secretarias e órgãos municipais com base nas metas de arrecadação constante no Anexo I, servindo como demonstrativo para publicação legal em atendimento aos artigos 8º e 13º da Lei 101/2000.

Art. 2º. Ficam estabelecidas, conforme anexo I deste Decreto, as metas de arrecadação bimestral do presente exercício.

Art. 3º. Ficam estabelecidas a Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso que cada Unidade Orçamentária fica autorizada a utilizar, conforme Anexo II deste Decreto.

Art. 4º. As metas de arrecadação e a programação da despesa serão avaliadas bimestralmente, com vistas a adequar o planejamento à receita realizada e às novas previsões no bimestre, na forma do Anexo I deste Decreto.

Parágrafo Único. De acordo com a avaliação das metas de arrecadação da receita, poderão ser autorizadas, pelo Prefeito Municipal, a antecipação e liberação de cotas financeiras e orçamentárias acima dos valores estabelecidos neste Decreto.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 5º. O planejamento bimestral da receita e da despesa deverá ser refletido no Demonstrativo de que trata na Seção III da Lei Complementar nº.101/2000 sobre Relatório Resumido da Execução Orçamentária em seu art.52.

Art. 6º. Havendo a abertura de crédito adicional no aumento da despesa prevista, com indicação de recursos provenientes do excesso de arrecadação, convênio não previsto, seja de recursos próprios ou transferências vinculadas, o mesmo deverá repercutir através da reestimativa da receita.

Art. 7º. As unidades Orçamentárias deverão efetuar seus pré-empenhos e empenhos considerando a necessidade de adoção de racionalização de custos e de maximização do uso de recursos disponíveis, priorizando as despesas continuadas já assumidas de contratos firmados.

Parágrafo Único. As despesas de que trata o caput deste artigo deverão ser pré-empenhadas e empenhadas no montante de recursos necessários a respectiva vigência contratual durante o exercício de 2023, considerando para cronograma de desembolso no decorrer do exercício as despesas efetivamente liquidadas, e no encerramento do exercício financeiro ocorrerá pelo valor empenhado.

Art. 8º. Os ordenadores de despesas são responsáveis, pela execução orçamentária e financeira dos valores estabelecidos neste Decreto, observando o cumprimento das disposições legais contidas na Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964 e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2023 de Nº 2.563 de 27/04/2022 e suas alterações, em concordância com as previsões de receitas dispostas em Lei Orçamentária Anual 2023 de nº 2.641 e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04.05.2000

Art. 9º. A Secretaria Municipal de Fazenda e a Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos poderão, no âmbito de suas competências, estabelecer normas, procedimentos e critérios complementares a esta lei, quando necessários ao disciplinamento da execução orçamentária e financeira do exercício.

Art. 10. A programação financeira estabelecida neste Decreto será acompanhada periodicamente e reavaliada caso não se realizem conforme o previsto no Anexo I.

Art. 11. As disposições deste Decreto aplicam-se aos órgãos da Administração Direta e indireta do Poder Executivo, Fundos e Autarquias.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para **01/01/2023**.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 30 de Dezembro de 2022.

HILARIO ROEPKE
Prefeito Municipal